

1.12 • Conjuntura Internacional

O fim do bipartidarismo em Espanha

A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA espanhola é tida como uma mudança de regime “exemplar” por boa parte dos autores de Ciência Política e de Direito Constitucional. Porém, este pressuposto tende a desvalorizar dois aspectos fundamentais: a violência que marcou o período de transição e de consolidação do novo regime; e a forma como a transição condicionou seriamente o sistema de partidos e a organização do Estado, em função da tutela militar que presidiu a democratização.

La Transición

Quando o ditador espanhol Francisco Franco nomeia o seu sucessor, em 1969, opta por fazer uma ponte com a monarquia constitucional que vigorara até 1931, impondo o nome de Juan Carlos de Bourbon y Bourbon, neto de Alfonso XIII, o rei deposto aquando da proclamação da Segunda República. No seu pensamento inicial está a construção de uma monarquia desenhada à imagem do próprio regime autoritário que lidera. Com a morte do *caudillo*, em 1975, o novo chefe de Estado opta por um processo de democratização impulsionado a partir do próprio regime e liderado por Adolfo Suárez, um jovem quadro franquista que desempenhava a função de ministro do *Movimiento* (partido único). Esta fórmula tem por objectivo evitar rupturas violentas e, sobretudo, não hostilizar as forças armadas, um dos grandes alcerces do franquismo.

Juan Carlos I tinha noção de que, na Europa Ocidental, uma monarquia só pode subsistir em democracia através do sistema parlamentar, o que acabaria por ditar a sua perda de poder efectivo. A ideia de ter um chefe de Estado mais do que protocolar sem legitimidade democrática (directa ou indirecta) não seria tolerada e dificultaria a tão almejada re-legitimação de Espanha no marco europeu. A Constituição aprovada em 1978 cristalizou, assim, estas reformas e consolidou o modelo parlamentar num país que abandonara a normalidade democrática em 1936, com o início da Guerra Civil (1936-1939).

As eleições de 15 de Junho de 1977 que, na prática, funcionam como eleições constituintes, começam a desenhar um quadro parlamentar com duas forças dominantes: no centro-direita, a *Unión del Centro Democrático* (UCD), uma coligação heterogénea, liderada pelo próprio Suárez, que ia da social-democracia à democracia-cristã; e, no centro-esquerda, o *Partido Socialista Obrero Español* (PSOE), apoiado pela social-democracia europeia e cujo secretário-geral, Felipe González, liderara o processo de abandono do marxismo. O *Partido Comunista de España* (PCE), legalizado por Suárez no Sábado de Aleluia de 1977, contrariando a vontade das chefias militares, obtém um resultado muito abaixo do esperado e a grande distância do

PSOE. Os quadros franquistas mais cépticos em relação às reformas, encabeçados por Fraga Iribarne, agrupam-se na *Alianza Popular* (AP), formação que, em 1989, dará origem ao actual *Partido Popular* (PP). Estas serão as quatro formações estruturantes da nova etapa política.

O desaparecimento da UCD surgiu como algo expectável, em virtude do enorme desgaste causado pelo conturbado processo de reforma do Estado e pelo abandono de um Adolfo Suárez isolado e ostracizado à esquerda e à direita. O seu espaço foi naturalmente ocupado pela AP que evoluiu da periferia da extrema-direita para um conservadorismo compatível com os cânones europeus.

“Espanha tem hoje um sistema de partidos particularmente complexo, marcado por três clivagens entre as formações com assento no parlamento de Madrid.”

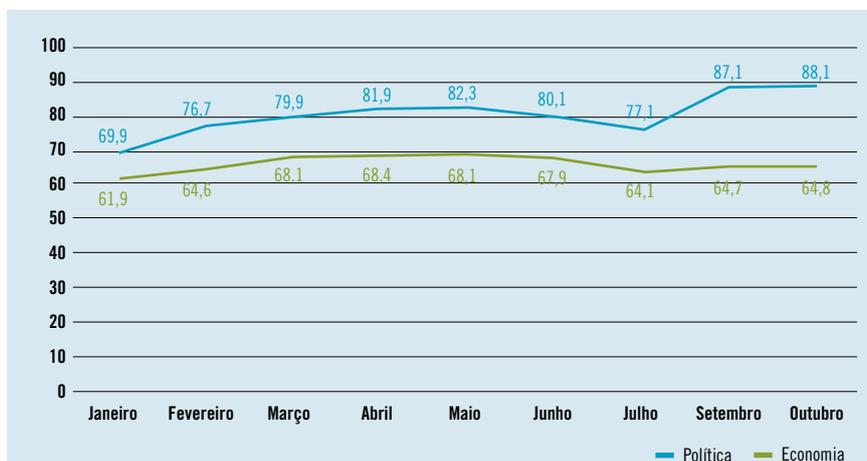
A conjugação do parlamentarismo com o sistema de partidos que acaba por se desenhar e com as lideranças vincadas que os encabeçam conduz a um elevado grau de “presidencialização” do regime espanhol. Durante quase quarenta anos Espanha é governada por cinco maiores absolutas de um só partido – PSOE 1982, 1986, 1989; e PP 2000 e 2011 – e por seis maiorias relativas robustas – UCD 1977 e 1979; PSOE 1993, 2004 e 2008; e PP 1996. Esta realidade conferiu níveis de durabilidade dos executivos consideravelmente elevados. Para isto também terá contri-

buído a figura da “moção de censura construtiva”, prevista na Constituição e que exige, para derrubar um Governo nas Cortes, a apresentação de uma candidatura alternativa à sua chefia.

Novos partidos

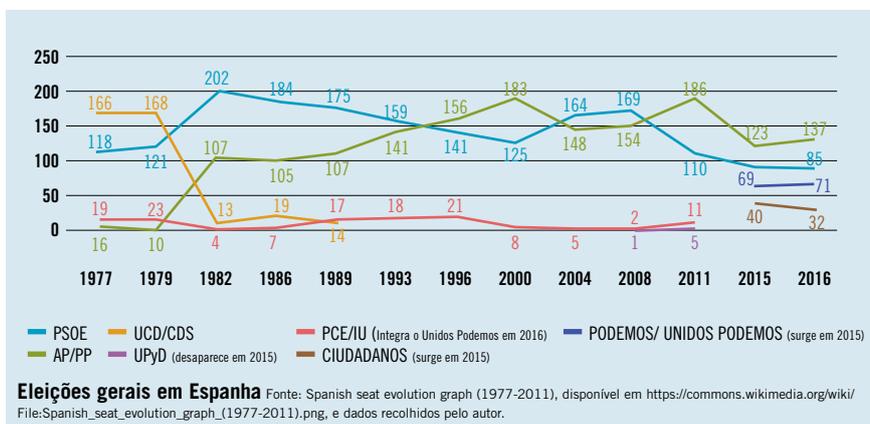
As eleições europeias de Maio de 2014 provocam um sobressalto na classe política espanhola. Até aí, os partidos tradicionais tinham lidado com alguma displicência com a permanência em actividade do *Movimiento 15-M*, responsável pelo acampamento que ocupou a madrileña *Puerta del Sol* durante várias semanas em 2011. O relativamente estático sistema de partidos espanhol teve de lidar, a partir desse momento, com novos actores e com toda a imprevisibilidade subjacente à emergência de partidos sem um lastro histórico e ideológico.

O partido que conseguiu captar de forma mais eficaz o cansaço do eleitorado e capitalizar os debates e mobilizações desenvolvidos a partir dos protestos de 2011 foi o *Podemos*. Os eleitores espanhóis elegeram cinco eurodeputados desta formação de um total de cinquenta e quatro eleitos pelo país. Esta conquista faz-se, sobretudo, à custa do eleitorado socialista que, nas mesmas eleições, perde nove eurodeputados comparativamente a 2009. O *Partido Popular* vence as europeias de 2014, mas também perde votos e eleitos em relação às eleições anteriores – chega aos dezasseis deputados, menos oito eleitos em relação a 2009. No centro-direita, o *Ciudadanos*, fundado em 2006 por catalães que se opunham ao avanço das teses nacionalistas e soberanistas naquela região, obtém quase meio milhão de votos e consegue eleger dois eurodeputados. Não é fácil explicar as causas deste desgaste à esquerda e à direita. Vários estudos de opinião, como os organizados pelo *Centro de Investigaciones Sociológicas* ou pela *Transparencia Internacional*, demonstram a reiterada preocupação da opinião



Valorização sobre a situação económica e política – 2016.

Fonte: Marta Romero (2016). ¿Cuáles son hoy las claves del malestar político? El Diario (29 Nov.), disponível em http://www.eldiario.es/piedrasde papel/hoy-claves-malestar-politico_6_585551466.html, com dados do Centro de Investigaciones Sociológicas.



pública espanhola com a corrupção. Em paralelo, a sua apreciação negativa acerca da situação política mantém-se muito elevada. Estes dados poderão fornecer alguns indícios acerca das causas do cansaço do eleitorado em relação aos partidos ditos tradicionais.

As suspeitas de corrupção e de favorecimento da classe política avolumaram-se com os anos de Governo do PP. A sua conjugação com as estatísticas do desemprego que apontam para mais de cinco milhões de espanhóis sem trabalho permitiram a formação de uma “tempestade perfeita”, aproveitada pelo *Podemos*. Os dirigentes desta formação adaptaram o discurso marxista a estas circunstâncias e fizeram sua a mensagem de contraposição do explorador (político) pelo explorado (cidadão). Surge, assim, a utilização intensiva da expressão “casta” para classificar os políticos ditos tradicionais, aos quais se contrapõem os regeneradores sociais. A percepção de um posicionamento do *Podemos* como partido de esquerda e a incapacidade do PSOE para captar eleitorado do PP, numa Espanha com fronteiras ideológicas muito marcadas, poderá ter permitido ao *Ciudadanos* começar a crescer. O capital acumulado pelo *Ciudadanos* na sua luta contra o nacionalismo catalão e em defesa da manutenção da Catalunha em Espanha permitiram-lhe ser encarado como uma alternativa eleitoral efectiva.

PSOE

O PSOE, liderado por Pedro Sánchez, obteve no último ano as duas mais pesadas derrotas da sua história no actual quadro democrático (iniciado em 1977): 22,01% e 90/350 deputados (Dezembro de 2015); e 22,63% e 85 deputados (Junho de 2016). Nas eleições de Novembro de 2011, depois de sete anos de governação (três dos quais com políticas de austeridade e aumento do desemprego), os socialistas haviam obtido 28,76% dos votos e 110 deputados.

O rescaldo das eleições legislativas de Dezembro de 2015 e o resultado das eleições de Junho de 2016 acabaram por conformar um sistema em que existe um bloco ideológico de direita (PP e *Ciudadanos*) e um quadro bicéfalo de esquerda (PSOE e *Unidos Podemos*). O PSOE tentou, em vão, romper com esta lógica, procurando a todo o custo governar com o apoio simultâneo do *Ciudadanos* e do *Podemos* através de uma frente unida cujo único denominador comum era evitar a continui-

dade de Mariano Rajoy no poder. O fracasso desta tentativa ditou a celebração de novas eleições e acentuou a crise do socialismo espanhol.

Paralelamente, o PSOE não demonstra ser capaz de dar resposta à enorme ferida aberta pelo debate territorial e pela discussão em torno de uma eventual independência da Catalunha. A proposta federal que apresenta não consegue afirmar-se num terreno dominado pelo imobilismo do nacionalismo espanhol e pelo secessionismo do nacionalismo catalão. Dentro do PSOE, coexistem realidades que convivem confortavelmente com as duas partes deste debate: os socialistas andaluzes são contrários a qualquer alteração na organização territorial espanhola e os socialistas catalães não questionam frontalmente a possibilidade de um referendo independentista. O partido está, assim, fracturado, com uma enorme dependência eleitoral do voto andaluz, correndo sérios riscos de ser um novo PASOK.

PP

A explicação para o maior sucesso do *Podemos*, quando comparado com o *Ciudadanos*, poderá estar na resiliência do eleitorado do PP. Se observarmos os dados relativos a eleições legislativas, poderemos constatar que, a partir do início da década de 90, os *populares* consolidam um nível elevado de eleitorado que não abandona o partido nem nas duas únicas derrotas eleitorais dos últimos vinte e três anos (2004 e 2008). Pelo contrário, os eleitores socialistas têm um comportamento mais instável, sendo evidente algum grau de correlação entre o aumento da abstenção e a diminuição do peso eleitoral do partido.

Mariano Rajoy, presidente do Governo desde 2011, optou por uma estratégia de silêncio e por permitir que Pedro Sánchez ocupasse o palco mediático, o que amplificou substancialmente a dimensão do seu fracasso ao tentar formar Governo. Depois de semanas de imobilismo e fortalecido pelo reforço em número de votos e de deputados, depois das eleições de Junho de 2016, Rajoy sujeitou-se a duas votações parlamentares com fracasso garantido à partida. Com o fantasma de umas terceiras eleições consecutivas e de um novo incremento eleitoral, pôde finalmente formar um executivo minoritário escudado num pacto muito frágil com o *Ciudadanos*. Porém, é de assinalar que, neste percurso,

obteve uma vitória de peso: a decapitação do PSOE e consolidação da ideia da inexistência de outro “partido de Governo” que não o PP.

A Espanha das três clivagens

Espanha tem hoje um sistema de partidos particularmente complexo, marcado por três clivagens entre as formações com assento no parlamento de Madrid: a ideológica – inerente a todas as democracias de facto; a identitária – presente desde 1977 e corporizada pela existência de diversas identidades nacionais no território e por partidos nacionalistas que defendem os seus interesses; e a “etária” – iniciada com a emergência de “novos” partidos que provocam erosão na base eleitoral dos partidos “tradicionais”.

No que concerne à ideologia, convém ter em conta que o confronto político entre partidos de Governo é particularmente forte em Espanha. Os catorze anos de Governo do PSOE de Felipe González (1982-1996) foram combatidos pelo PP de José María Aznar com especial violência através de um discurso assente na crítica à corrupção e ao “terrorismo de Estado” patrocinado por ministros socialistas nos anos 80. O regresso ao poder dos socialistas (2004), por seu lado, fez-se no rescaldo do atentado de 11 de Março, com os *populares* a procurar atribuir as responsabilidades desta acção à ETA, sabendo que tinha sido cometida por células islamistas radicais. Esta é a causa para Rodríguez Zapatero nunca ter sido aceite pelo PP, que utilizou o argumento da ETA e lançou dúvidas sobre qualquer alternativa para mobilizar a própria militância.

A partir de 2009, com o aprofundamento da crise económica e financeira, o nacionalismo catalão de centro-direita, historicamente confortável com o Estado de autonomias, altera o discurso e assume progressivamente as suas ambições independentistas. Também aqui se cava um novo fosso: os nacionalistas deixam de ser entendidos com potenciais aliados pelo PSOE e pelo PP e utilizam estes partidos como bode expiatório de todos os problemas da Catalunha. Com a exigência de um referendo acerca da independência como eixo central do programa nacionalista, o diálogo com socialistas e/ou *populares* também se torna progressivamente inviável.

A forma repentina como os “novos” partidos irromperam no quadro parlamentar espanhol acrescentou uma outra clivagem ao sistema. Não obstante os alinhamentos ideológicos específicos do *Podemos* ou do *Ciudadanos*, ambos pretendem corporizar a regeneração do sistema por contraponto aos partidos “tradicionais”, cuja popularidade está manifestamente desgastada. Num quadro parlamentar muito fragmentado, este é mais um desafio a uma Espanha cujo percurso constitucional não tem sido fácil nem linear. O ano 2017 será determinante para perceber se a fragmentação política veio para ficar ou se é apenas (mais) uma etapa passageira na conturbada democracia espanhola. ■

Nota

Este artigo desenvolve e aprofunda temáticas tratadas anteriormente em textos publicados no *Jornal Económico* e no *Público*.